

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 310.883 - RS (2013/0067143-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : VITOR GIL PEIXOTO - RS057021  
IGOR HAMILTON MENDES - RS061815  
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277  
MARCELO PASCOTINI PEREIRA - RS068623  
**AGRAVADO** : ARY GALAFASSI  
**ADVOGADO** : OTÁVIO ORSI DE CAMARGO E OUTRO(S) - RS023259

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO SANTANDER BRASIL S/A contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), que inadmitiu o recurso especial.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por BANCO SANTANDER BRASIL S.A. contra decisão proferida nos autos do cumprimento de sentença promovido por ARY GALAFASSI.

O eg. TJ-RS, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 1.224):

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CÁLCULO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. Correta a decisão agravada em rejeitar os embargos de declaração, posto que não há demonstração de excesso de execução."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 1.243/1.247).

Inconformado, BANCO SANTANDER BRASIL S/A interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 126, 128, 130, 165, 301, §3º, 458, II e III, 460, 463, II, 467, 515, §§, 535, II, 610, 666, 879, §1º, 884 a 886, 1.219 do CPC/73; e art. 629 do CC/02.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 1.311/1.317.

Irresignado, BANCO SANTANDER BRASIL S/A manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo

nobre.

Não foi apresentada contraminuta (certidão de fl. 1.338).

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação dos arts. 126, 130, 165, 458, incisos II e III, e 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Inexiste afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.*

(...)

*3. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1261937/MG, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019, g.n.)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE NULIDADE DE ARREMATACÃO DE IMÓVEL. ARRENDAMENTO RURAL. OMISSÃO E INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ.*

***1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.***

(...)

***4. Agravo interno a que se nega provimento."***

(AgInt no AREsp 1255148/RS, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018, g.n.)

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso quanto aos arts. 128, 301, §3º, 460, 463, II, 467, 515, §§, 610, 879, §1º, e 884 a 886 do CPC/73. Sob as referidas violações, afirma-se que o cumprimento de sentença ofendeu a coisa julgada, pois (ii) extrapola o limite das diferenças do cargo e por inserir verbas não previstas no título judicial; (ii) inclui indevidamente o valor do INSS no cálculo do percentual de complementação; (iii) amplia o pedido da exordial, fazendo incidir as diferenças não apenas sobre a totalidade da suplementação, mas também sobre a complementação; e (iv) haveria *bis in idem* na coexistência de pagamento de parcela extinta com as novas parcelas sucessoras. Por fim, também sob os referidos dispositivos, alega que o v. acórdão estadual violou a Súmula n.º 111/STJ.

O eg. TJ-RS, por sua vez, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, destacou que não há ofensa à coisa julgada nem excesso de execução e, assim, concluiu pela regularidade do cumprimento de sentença. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 1.227/1.228):

*"Como se sabe, cumpre a parte agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, e, no caso, disso não se desincumbiu a contento, como se verá.*

*Pelo que se verifica dos autos, a parte agravante impugnou o cálculo apresentado pelo credor em cumprimento de sentença (fls. 39/46 dos autos do agravo de instrumento). À fl. 89 dos autos do agravo de instrumento foi deferida a prova pericial contábil para apurar o débito.*

*O perito apresentou laudo às fls. 125/151 dos autos do presente agravo. Todavia, em razão de diversos desacertos entre as partes sobre a conclusão do laudo, o perito complementou este às fls. 287/303.*

*Por restar algumas controvérsias não solvidas à fl. 349/v o juízo a*

*quo se manifestou e determinou comprovação dos fatos reclamados, sob pena de compreensão de inexistência dos mesmos e acolhimento do laudo pericial.*

*Com os devidos esclarecimentos o laudo pericial foi juntado às fls. 418/421, porém novamente impugnado, sendo novamente juntado aos autos manifestação do perito das fls. 453/460.*

*Sem mais manifestações das partes, o juízo a quo determinou a atualização do cálculo, que foi atualizado às fls. 516/518.*

*Assim, verificando que todas as questões levantadas pelo agravante, foram devidamente respondidas pelo perito contábil em conformidade com o decidido na demanda judicial, não há falar em excesso de execução. Note-se que os realinhamentos reataram comprovados na fl. 274 pelo agravado. Além disso, a Súmula nº 111 do STJ foi devidamente observada e os juros foram aplicados corretamente, vez que o depósito não abrange o valor total devido ao agravado, e que houve a amortização deste valor da obrigação." (g.n.)*

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à ausência de ofensa da coisa julgada e inexistência de excesso de execução, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DEIXOU DE ACOLHER IMPUGNAÇÃO AO CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO. ALEGAÇÃO DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E EXCESSO DE EXECUÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. CRITÉRIO DE CÁLCULO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STJ. APLICAÇÃO DA PENA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.**

**1. O Tribunal de origem afastou as pretensões de relativização da coisa julgada, no tocante à apuração do valor da dívida, e de excesso de execução, com base na análise do acervo fático-probatório da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice da súmula 7 desta Corte.**

(...)

**6. Agravo interno a que se nega provimento."**

(AgInt no AREsp 932.488/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe

27/09/2018, g.n.)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. TÍTULO EXEQUENDO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*(...)*

*2. A Corte local, interpretando o título exequendo, afastou o alegado excesso de execução, violação à coisa julgada e enriquecimento sem causa, de modo que, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.*

*(...)*

*4. Agravo interno não provido."*

(AgInt no AREsp 1113455/PR, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 19/04/2018, g.n.)

Da mesma forma, o recurso não encontra respaldo quanto ao art. 629 do CC/02 e aos arts. 666, inciso I, e 1.219 do CPC/73. Sob as referidas infringências, afirma-se que seriam incabíveis os juros moratórios após o depósito, pois estes seriam de responsabilidade do depositário. O eg. TJ-RS, contudo, conforme transcrição acima, destacou que os juros mora incidentes corresponderiam à quantia não paga, pois o depósito não abrangeu o total devido. Dessa forma, novamente o recurso especial esbarra na Súmula n. 7/STJ, pois, para modificar essa conclusão, seria necessário revolver o acervo fático e probatório, o que é inadmissível nesta fase processual.

Por fim, no que tange à divergência jurisprudencial, o apelo também não merece acolhimento, pois o recorrente sequer realizou o cotejo analítico entre os julgados, limitando-se a colacionar as ementas dos paradigmas. Destaca-se que a mera transcrição de ementas não é suficiente para dar abertura ao apelo especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Os arestos a seguir corroboram esse entendimento:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. FUNDAMENTO*

*SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 283/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. MATÉRIAS ANALISADAS EM DECISÃO DEFINITIVAMENTE JULGADA. PRECLUSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.*

*(...)*

*4. Não se conhece do dissídio jurisprudencial suscitado no recurso especial, quando descumpridas as exigências do artigo 541, parágrafo único, do CPC/1973. A mera transcrição das ementas dos acórdãos apontados como paradigmas não serve para configurar a divergência.*

*5. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 764.607/RO, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 25/03/2019, grifou-se)

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NOTÍCIA-CRIME. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONDUCTA CULPOSA RECONHECIDA. DEVER DE INDENIZAR. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.*

*(...)*

*4. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, trechos ou inteiro teor dos precedentes lado a lado, mas sim com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias fáticas e jurídicas que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.*

*5. Uma vez aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.*

*6. Recurso especial não provido."*

(AgInt no REsp 1727822/AM, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/10/2018, grifou-se)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator